



**Relatório sobre a participação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)<sup>1</sup>**

**Viena, 11 e 12 de outubro de 2018**

Composição da Delegação, em representação das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Defesa Nacional e Assuntos Europeus: Deputado Vitalino Canas (PS) – Chefe da Delegação; Deputada Maria Luís Albuquerque (PSD); Deputada Carla Sousa (PS); Deputado José Cesário (PSD); Deputado Ascenso Simões (PS) e Deputado José de Matos Correia (PSD).

A Delegação foi acompanhada pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Catarina R. Lopes e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da UE, Cristina Neves Correia.

Da agenda da reunião constavam os seguintes pontos:

**Dia 11 de outubro**

**Reunião do Grupo dos Países do Sul (Grupo MED)**

Como tem vindo a ser prática reiterada, antes da reunião plenária da PESC/PCSD teve lugar um encontro de membros das Delegações dos Parlamentos dos países do Sul da UE, que decorreu pelas 9.30h.

Encontravam-se presentes representantes das Delegações do Chipre, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta e Portugal, tendo sido a Assembleia da República representada pelo Chefe da Delegação, Deputado **Vitalino Canas**.

O Deputado do Parlamento helénico, **Costas Douzinas**, que presidiu à reunião, começou por solicitar aos presentes que se apresentassem, após o que introduziu

<sup>1</sup> Programa, lista de participantes, CV dos oradores, documentação, fotos e vídeos da reunião disponíveis em: <https://www.parlament.gov.at/ENGL/EU2018/GASPGVSP/index.shtml>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

a questão de a Conferência Interparlamentar da PESC/PCSD estar paulatinamente a perder o seu pendor político, devido ao facto de não se prever a adoção de conclusões, em conformidade com o n.º 1 do art.º 7.º do Regulamento da Conferência.<sup>2</sup> Pretendeu auscultar a opinião dos colegas quanto a este ponto, tendo sido o seu ponto de vista reiterado pelas Delegações espanhola, cipriota e italiana.

Quanto ao Senhor Deputado **Vitalino Canas**, recordou que a adoção de conclusões consiste numa faculdade e não numa obrigatoriedade, sendo uma decisão discricionária da Presidência das reuniões acrescentando que, em certos casos, pode até ser preferível não aprovar conclusões. Concordou, no entanto, em aconselhar (e não exigir) a (s) próxima(s) Presidências(s) a adotar conclusões.

Aproveitou ainda a sua intervenção para questionar o nome e a essência do Grupo (Grupo MED). Quanto à essência, defendeu que este não poderia ser um grupo de *lobby* ou de pressão, como outros que já existem. Preconizou a coordenação de posições de interesse comum, mas não uma atuação como um grupo de pressão. Quanto ao nome, sublinhou que Portugal não é um país do Mediterrâneo, tendo os colegas, nas intervenções subsequentes, concordado na designação de países do Sul.

**Costas Douzinas** manifestou a sua compreensão quanto ao facto de as conclusões não serem obrigatórias e poderem, até, ter o efeito de abertura da caixa de Pandora. Defendeu que, ainda assim, as reuniões para a respetiva aprovação constituem uma oportunidade de discussão de certos pontos que, de outra forma, não constariam da agenda.

Foi acordado que os Parlamentos dos Países do Sul da UE elaborariam uma Declaração comum sobre o tema da migração e ainda convidando as próximas Presidências a prever a adoção de conclusões da Conferência PESC/PCSD. A versão final do texto da Declaração, que consta em anexo ao presente relatório e dele faz parte integrante, foi fixada no dia seguinte, tendo sido distribuída a todos os Parlamentos nacionais através da Representante Permanente do Parlamento helénico junto da UE.

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc54b222e18014b5040e5453653.do>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

De referir, por fim, que foi colocada a hipótese de organização, no ano de 2019, de uma reunião do Grupo, em moldes similares à reunião do passado mês de maio, em Granada, tendo o representante cipriota **Aristos Damianou** referido que, em princípio, o seu Parlamento seria o anfitrião da mencionada reunião.

### Sessão de abertura e intervenções iniciais

**Wolfgang Sobokta**, Presidente do Conselho Nacional da Áustria, deu as boas vindas a todos os participantes, realçando a importância das matérias de segurança e defesa, bem como da cooperação interparlamentar, frisando o compromisso do Parlamento austríaco com os assuntos externos e os países vizinhos (Balcãs), referindo a União Europeia (UE) como um projeto de paz.

**Inge Posch-Gruska**, Presidente do Conselho Federal da Áustria, destacou a necessidade de partilha de diferentes visões para a tomada de decisões sobre os desafios da União Europeia, referindo o papel ativo do Parlamento austríaco em vários temas, nomeadamente no que ao princípio da subsidiariedade diz respeito.

Seguiram-se as intervenções do Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Conselho Nacional, **Andreas Schieder**, frisando as consequências da migração e a necessidade de um debate sobre a sua origem; do Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, **David McAllister**, felicitando o trabalho desenvolvido pela Presidência até ao momento; e do Presidente da Comissão de Defesa do Conselho Nacional, **Reinhard Eugen Bösch**, aludindo à importância desta conferência, com a participação de membros da NATO.

A Alta Representante da União Europeia para os Assuntos Externos e Política de Segurança, **Federica Mogherini**, participou na reunião por videoconferência, focando-se nos desafios da União – migrações, processo dos Balcãs, cooperação trilateral UE, ONU e União Africana. Destacou ainda os projetos da Cooperação Estruturada Permanente (CEP) e a consolidação da situação com os Balcãs.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

Foram colocadas diversas questões relativas às iniciativas da União para solucionar problemas associados à Ucrânia, a qualidade da sua democracia, a relação Ucrânia-Rússia e a intolerância relativamente às minorias (neste sentido, **Kalnins** do Saeima da Letónia, **Fassino** da Camera dei Deputati de Itália e **Németh** da Assembleia Nacional húngara), tendo **Federica Mogherini** respondido que, embora sem iniciativas novas, a UE continua a apoiar o trabalho já efetuado, em coordenação com os Estados Unidos da América (EUA), que as sanções à Rússia não são uma estratégia, não sendo possível estabelecer agora uma parceria com a Rússia porque a situação na Crimeia não foi alterada e frisado que a relação entre UE e Rússia vai além das sanções, cobrindo várias áreas de interesse estratégico. Deixou claro que a luta contra a corrupção, o Estado de Direito e o respeito pelas minorias são as bases do trabalho da UE com a Ucrânia.

Sobre a CEP, **Pflüger**, do Bundestag alemão, referiu-se ao financiamento de armamento, promoção da indústria de defesa e possível contradição com artigo 42.º, questionando se prevenir o armamento e financiá-lo ao mesmo tempo seria contraditório, e **Kiesewetter**, também do Bundestag, perguntou como pode a CEP tornar-se mais eficiente e operacional para poder ser utilizada em África, tendo a Alta Representante separado o orçamento para apoio à indústria de defesa e investigação dos restantes projetos e referido as operações da UE na Líbia.

De sublinhar que, no decurso da sessão de abertura, as Delegações da Espanha, do Chipre e da Sérvia optaram por se retirar da Conferência, em sinal de protesto face à decisão da Presidência de manter hasteada na sala a bandeira do Kosovo, em conjunto com as dos restantes países representados na reunião.

### **Sessão 1: Segurança, Migrações e Controlo das Fronteiras Externas**

**Wolfgang Baumann**, Secretário-Geral do Ministério Federal da Defesa da República da Áustria iniciou a sua intervenção dando nota da plataforma essencial que é esta conferência, da cultura de cooperação da Áustria em várias matérias, nomeadamente na que se discutia nesta sessão, aludindo à não transferência unilateral da tarefa relativa à gestão das migrações, à deterioração da situação da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

segurança e fronteiras, ao papel ativo da Frontex e à possibilidade de estabilização, mas não de resolução, das questões relativas ao recebimento de migrantes. Focou ainda a necessidade de ajudar os requerentes de asilo, evitando o contrabando e combatendo o terrorismo.

O Diretor Executivo Adjunto da Frontex, **Berndt Korner**, frisou a existência de elementos do sistema europeu que atuam de forma integrada, referindo-se à gestão de fronteiras, às missões que operam em matéria de migrações e aos novos projetos do Líbano a Marrocos. Deixou ainda uma palavra para a necessidade de apoio à rota do mediterrâneo e referiu que o sucesso e limitações da política de segurança e defesa dependem do que possa ser feito a nível da cooperação entre os Estados.

A jornalista e ex- funcionária do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, **Melita Sunjic** apresentou as suas 7 teses sobre o tema:

1. Fechar as fronteiras como ferramenta central da gestão das migrações não reduz a pressão migratória, aumenta-a;
2. Quanto mais próximos os migrantes estão da Europa maiores são os riscos que correm ao tentar chegar;
3. A Europa precisa de dois sistemas distintos de gestão da migração económica e dos refugiados;
4. Acolher apropriadamente os refugiados nos países de primeiro asilo é menos dispendioso para a Europa e mais seguro para todos;
5. Maior rapidez e qualidade nas decisões sobre a concessão de asilo e regresso dos não necessitados de proteção é mais humano do que reprimir a migração irregular;
6. Parar a indústria do contrabando;
7. As fronteiras devem ser seguras e não fechadas contra aqueles que necessitam de proteção. Caso contrário a Europa perderá a sua alma.

O período de debate centrou-se em questões relativas à ação da Frontex, às dificuldades de resolução da situação, apesar de todas as iniciativas sobre o tema, à partilha de responsabilidades e solidariedade entre os Estados-Membros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

Várias foram as intervenções que focaram a necessidade de resolver o problema da migração na sua origem e de desenvolver uma estratégia para África, apoiando o seu desenvolvimento (neste sentido, **Zaoralek** da República Checa, **Losing** do Parlamento Europeu e **Fassino** de Itália), tendo **Castaldo** (Parlamento Europeu) levantado o problema da necessidade de cooperação de projetos concretos em África, impedindo a China de tomar todo o seu espaço.

Foram ainda levantadas questões sobre o respeito pelos direitos humanos, a necessidade de previsão de verbas suficientes no próximo Quadro Financeiro Plurianual para assegurar a gestão das migrações e como acelerar a repatriação dos migrantes.

Interveio neste painel o Senhor Deputado **Vitalino Canas**, destacando a solidariedade com os países que recebem migrantes em primeira linha, embora não seja o caso de Portugal, e frisando que não é possível aceitar que cada país individualmente faça a sua política própria de acordo com as suas necessidades. A política deve ser europeia e comum a todos, com partilha de responsabilidade. Deve ser uma política integrada, com ligação a África. Referiu-se ainda ao fecho das fronteiras no Mediterrâneo e à necessidade de um diálogo mais forte com os países africanos, mas também com a China, que está em África mas não resolve os seus problemas, devendo ser desenvolvido um diálogo estruturado sobre esta questão.

### **Workshops**

#### **Workshop A - O futuro do acordo nuclear com o Irão após a saída dos Estados Unidos**

O *workshop* foi moderado pela Deputada ao Parlamento Europeu **Ana Gomes**, tendo o orador **Stephan Klement**, Assessor Especial da *task-force* para o Irão do Serviço Europeu de Ação Externa, referido principalmente as questões de segurança e económicas do acordo, bem como a sua base numa iniciativa conjunta. Recordou que a implementação do acordo no Irão foi, desde a sua entrada em vigor, em 2016, objeto de vários relatórios e que o acordo procura uma base sobre como



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

intensificar a cooperação, com a União Europeia como mediador, apesar da saída dos Estados Unidos da América (EUA). **Cornelius Adebahr**, Analista político independente em Berlim e Investigador no *Carnegie Europe*, frisou que a saída dos EUA por um lado enfraquece de forma significativa o acordo e por outro demonstra a unidade e flexibilidade da Europa e consolida a posição da UE como um ator forte e coerente. Apresentou ainda como desafio o fortalecimento da cooperação regional e o desenvolvimento das capacidades económicas, por forma a contrariar a desintegração no Irão e os confrontos na região, facilitando outros acordos com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos no futuro.

**Workshop B - Facilitação da mobilidade militar na União Europeia no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente**

Esta sessão de trabalho foi moderada pelo Deputado ao Parlamento Europeu **Fabio Massimo Castaldo**. Foram oradores principais **Pedro Serrano**, Secretário-Geral Adjunto do Serviço Europeu de Ação Externa, e **Margriet Drent**, Investigadora no *Netherlands Institute of International Relations Clingendael*. O primeiro orador sublinhou as diferentes atividades da União na área da defesa, com especial enfoque na Cooperação Estruturada Permanente (CEP) e, em especial, no projeto de Mobilidade Militar. Saliu, em particular, a necessidade de promoção de mais projetos híbridos no contexto da mobilidade militar, permitindo um duplo uso civil e militar do investimento feito, quer no desenvolvimento de infraestruturas (estradas, pontes, etc) como, igualmente, na redução de barreiras, como as alfandegárias e as diplomáticas.

A segunda oradora sublinhou a necessidade de interligação entre as atividades da CEP e, em particular, do Projeto de Mobilidade Militar, ao nível da NATO, dos Estados-Membros, da Agência Europeia de Defesa e da Comissão Europeia, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de junho de 2018 e da Decisão da Cimeira da NATO de julho de 2018.

No decurso do debate ocorrido foi ainda sublinhada a importância dos Parlamentos nacionais no desenvolvimento deste (e de outros) projetos da CEP, nomeadamente no que concerne à afetação de recursos orçamentais para projetos de defesa de claro valor acrescentado europeu.



### **Workshop C - OSCE, um parceiro fundamental no diálogo este-oeste**

Moderado pelo Deputado ao Parlamento Europeu **Ioan Mircea Pascu**, este *workshop* contou com a presença de **George Tsereteli**, Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE, que mencionou a importância da organização na promoção dos valores universais e na sua contribuição histórica na superação da divisão da Europa. Aludiu ao regime de consenso utilizado na organização, que permite o diálogo com base na igualdade, destacando ainda o trabalho efetuado no quadro internacional de observação de missões eleitorais.

O diplomata austríaco, antigo Representante Especial da Presidência austríaca da OSCE e antigo Diretor do Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos, **Christian Strohal**, reafirmou a importância da OSCE como plataforma de diálogo, aludindo ao desenvolvimento de mecanismos que permitiram um diálogo aberto entre os EUA e a Rússia, à relação da OSCE com a União Europeia e ao memorando recente entre a OSCE e a Comissão Europeia.

#### **Dia 12 de outubro**

---

### **Sessão 2: O contributo europeu para a melhoria da situação política e humanitária na Síria**

**Helga Schmid**, Secretária-geral do Serviço Europeu de Ação Externa, focou a sua intervenção inicial na necessidade de um processo democrático de recuperação para a Síria, na criação de pontes entre as várias partes envolvidas, proporcionando o retorno dos cidadãos refugiados. Mencionou ainda o apoio essencial às mulheres, a criação de serviços básicos e de um mecanismo imparcial para punição dos responsáveis pela situação, condenando ainda os crimes de guerra com armas químicas.

**Jean-Louis de Brouwer**, Diretor para o Médio-Oriente e Norte de África da Direção-Geral para a Proteção Civil Europeia e Operações de Ajuda Humanitária, apontou as consequências humanitárias da crise na Síria e a necessidade de resolver a questão na sua origem, tendo **Salam Kawakibi**, Cientista político e Diretor Executivo





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

do Centro Árabe de Investigação e Estudos Políticos de Paris, focado a necessidade de uma transição política e de assegurar condições de segurança e justiça.

O debate desta sessão desenvolveu-se em torno de questões como a contenção da migração no norte de África, o défice de soberania e os problemas do sistema interno na Síria, bem como o esforço humanitário da União Europeia, a posição da Rússia e de outros atores na Síria.

Respondendo às questões colocadas, **Schmid** esclareceu que o processo político e de reconstrução na Síria demorará cerca de dez anos, não se podendo financiar uma recuperação fomentada por outros, criando uma situação não sustentável mas sem outra crise.

### **Sessão 3: As perspetivas da União Europeia para os Balcãs ocidentais**

**Karin Kneissl**, Ministra para a Europa, Integração e Assuntos Externos da Áustria, defendeu que a UE e a Turquia deviam ter uma estrutura de cooperação mais definida e que a região dos Balcãs era essencial para a crise de migrações. Referiu-se às atuações da Presidência austríaca nesta área, como sejam os debates com os ministros dos países dos Balcãs ocidentais, as conferências conjuntas, o novo formato para cooperação mais estreita para países candidatos, destacando o alargamento da União como um fator positivo.

Do mesmo modo, **Thomas Mayr-Harting**, Diretor Administrativo para a Europa e Ásia Central do Serviço Europeu de Ação Externa, deixou claro que o futuro da região dos Balcãs depende da UE e do seu interesse em expandir-se para esta zona, embora não deva importar conflitos não resolvidos para o seu território. Mencionou ainda o diálogo entre Belgrado e Pristina e o acordo de Skopja que ditará os próximos passos. Enfatizou a possibilidade de normalização das relações entre Belgrado e Pristina, essencial para o alargamento da União. Aludiu ainda às negociações relativas à Albânia e Macedónia e ao processo acelerado relativamente à Sérvia e Montenegro, não excluindo a complexidade de Estados como a Bósnia ou o Kosovo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A última intervenção inicial ficou a cargo de **Theresia Töglhofer**, Investigadora no *Alfred von Oppenheim Centre for European Policy Studies of the German Council on Foreign Relations*, que se fixou na perspectiva de que os Estados dos Balcãs fazem parte da Europa, traçando uma fronteira geográfica, e no processo de alargamento que requer estabilidade e desenvolvimento económico, devendo a UE apoiar a região. Frisou ainda a perda de expectativas de desenvolvimento concreto dos países candidatos e de se tornarem membros, contribuindo para migração dos seus cidadãos. Defendeu também que a União podia ainda fazer progressos na negociação quando cumpridos os critérios, valorizando os progressos dos Estados candidatos.

Durante o debate foram levantadas questões sobre a necessidade de atuação por parte da União Europeia no que se refere aos processos de alargamento, ao estado das reformas efetuadas pelos países candidatos e à previsão de um calendário para a sua elaboração.

Destacam-se as intervenções de **Lipavsky** (República Checa) sobre os outros atores na região (China, Rússia), os problemas burocráticos destes processos e a necessidade de encontrar soluções rápidas, bem como de **Zovko** (Parlamento Europeu), colocando questões sobre a atuação do Serviço Europeu de Ação Externa, e **Vlietstra** (Senado dos Países Baixos) sobre quais as consequências da presença dos novos atores referidos na região dos Estados candidatos.

**Nemec** (Assembleia Nacional da Eslovénia) perguntou ainda como resolver o conflito entre dois Estados dentro da União e **Douzinas** (Grécia) referiu-se à necessidade de adoção de conclusões nas conferências da PESC/PCSD, opinião partilhada na Declaração dos Parlamentos países do sul. Aludiu, ainda, à atuação da Presidência austríaca relativamente à integração do Kosovo na conferência em curso, esperando que não se tenha sido criado um problema e que o Estado de direito, a solidariedade e a justiça permaneçam na Europa.

Dos países dos Balcãs interveio **Nikolic** (Montenegro), mencionando que o Montenegro está na fase final da adesão, tendo percebido que as reformas internas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus

são necessárias, que cumprirá todos os critérios e que já participa ativamente nas matérias da segurança e defesa. Pediu ainda aos membros dos parlamentos que influenciem a decisão de adesão antes das ameaças de outros terceiros à região.

Por parte da delegação da Assembleia da República interveio o Senhor Deputado **Vitalino Canas**, referindo-se à posição da Europa, ao apoio de Portugal ao alargamento à Turquia e aos Balcãs, encarando a estabilização da região como forma de fortalecimento da Europa. Frisou a necessidade de um caminho bem traçado, para evitar a frustração dos países em processo de adesão, bem como a importância das reformas, não só para acesso à União mas também para melhoria interna dos Estados, sendo relevantes no que respeita ao Estado de direito, ao combate à corrupção e crime organizado. Sobre as partes terceiras que se movimentam na zona dos Balcãs (China, países do Médio-Oriente), a posição dos países candidatos deve ser forte para com a Europa e não para com outras parcerias.

Palácio de S. Bento, 15 de Janeiro 2019

**Pela Delegação da Assembleia da República**

**(Vitalino Canas)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

**AXO I - DECLARAÇÃO DOS PARLAMENTOS DO SUL DA UNIÃO EUROPEIA  
ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DOS PARLAMENTOS DO SUL DA UNIÃO EUROPEIA**

**VII MEETING OF PARLIAMENTS OF THE SOUTH OF THE EUROPEAN UNION**

**DECLARATION OF VIENNA**

**Vienna, 11 October 2018**

*On the 11th October 2018, members of the Delegations of the Southern Parliaments of the European Union to the Interparliamentary Conference for the CFSP/CSDP, held their seventh meeting in the Erste Campus in Vienna, where they agreed the following Declaration.*

- 1. After the meetings held in Athens on May 2016, and Granada on May 2018, members of the Delegations of the Parliaments of Cyprus, France, Greece, Italy, Malta, Portugal and Spain, meet again in Vienna to reiterate their commitment to work together to reflect on the common challenges faced by the countries of the South of the EU in the field of European Foreign Affairs and Defense.*
- 2. We insist that migration demands a global approach, including a strengthening of dialogue and cooperation with origin, transit and destination countries for migrations, particularly Mediterranean and African countries.*
- 3. Considering our borders as the Southern borders of the European Union, we welcome the initiative announced by President Juncker, in his State of the Union Speech delivered on the 12 September 2018, to further strengthen the European Border and Coast Guard to better protect the external borders of the EU with an additional 10,000 European border guards by 2020.*
- 4. We believe that the EU States must share proportionately the burden of welcoming, caring and settling migrants arriving in Europe as a result of wars and tension close to our borders, as well as the persisting economic migrations, namely from Northern Africa and the Sub-Saharan region*
- 5. We invite the next Presidencies to return to the long established practice of tabling a set of conclusions and organising the final plenary session around their discussion.*